



1290000701



TCC/UNICAMP K899c



CRESCIMENTO DA ECONOMIA
INFORMAL NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA
PRIMEIRA METADE DA
DÉCADA DE 90

ALUNO : Daniela Agnello Krizak RA: 900335
ORIENTADOR: Prof. Doutor Carlos Américo Pacheco

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Thomáz e Brasilina, pelo apoio e o incentivo para que o concluísse, à minha avó Antonia, minha tia-avó Eugênia, minha irmã Mariana e minhas tias Ana Maria e Maria Lúcia, pelo carinho, amizade e apoio que sempre me ofereceram e ao meu sobrinho Bruno, a alegria da minha vida.

Agradeço com sinceridade o esforço, a dedicação, a ajuda e a paciência do Professor Doutor Carlos Américo Pacheco e da secretária do Nesur, Cláudia, sem os quais não teria sido possível a finalização deste trabalho, e também ao Professor Márcio Porschman, pela ajuda e orientação prestada.

Campinas, 29 de novembro de 1.996.

1) INTRODUÇÃO

O aumento recente da informalidade é um fenômeno importante tanto a nível nacional quanto internacional, principalmente após o surgimento de novos processos de trabalho, emergentes de um processo de reorganização produtiva, que induziu a flexibilização da estrutura ocupacional e recriou formas precárias de atividades produtivas e de trabalho. Os arranjos informais hoje são universais e em todas as partes o setor é heterogêneo, admitindo ampla diversidade de condições de trabalho e remuneração. Houve um crescimento generalizado dessas atividades nos últimos anos em países industrializados ou não.

A nível internacional, esta reestruturação da economia significou a flexibilização das relações de trabalho e das conseqüentes mudanças das relações entre empresas, trabalhadores e seus representantes. Nos países avançados, a economia informal passou a ser interpretada como parte do processo de reestruturação econômica advindo do aprofundamento da crise, que vem ocorrendo desde os anos 70. O processo de informalidade nestes países foi acentuado, principalmente, devido à reação das empresas contra a regulação econômica (como forma de escapar das regulamentações impostas pelo Welfare State) e contra o poder sindical (pois os trabalhadores informais são mais difíceis de serem enquadrados na legislação sindical), além do impacto da própria reestruturação econômica mundial que acirrou a concorrência intercapitalista internacional.

Na América Latina, a criação do parque industrial foi parte do movimento de internacionalização das grandes empresas, que determinaram a incorporação de uma tecnologia que provocou um limitado aumento do emprego nos setores modernos, mas que não incorporou toda a elevação da população ativa urbana e constituiu uma estrutura de produção marcada por uma enorme heterogeneidade. De um lado, um núcleo produtivo cada vez mais dinâmico e integrado e de outro lado, segmentos de produção e prestação de serviços de baixo rendimento, com grande ocupação da população ativa urbana.

Esta nova situação no Brasil, entretanto, fez passar a vigorar no país novas condições de funcionamento do mercado de trabalho, expressando uma situação de maior debilitamento e aumento de incerteza para os trabalhadores, devido a maiores facilidades de demissão e contratação e de flutuação do salário nominal, gerando uma tendência de direcionamento dos trabalhadores para o setor informal (nem sempre por livre escolha).

Com o surgimento destes novos processos além da dicotomia emprego X desemprego, introduziu-se uma nova problemática com a elevação do número de ocupados nas atividades informais e com a criação de subempregos, notadamente no setor informal.

No Brasil, as atividades informais desempenharam um papel de importância crescente para o conjunto do país, especialmente nos últimos quinze anos. As variações no desempenho econômico brasileiro ocorridas ao longo destes anos levaram a mudanças estruturais no mercado de trabalho, aumentando a importância do setor terciário no total do emprego urbano do país. Este aumento do número de pessoas empregadas no setor terciário, especialmente nas atividades informais, pode ser considerado um indicativo do crescimento destas atividades no período.

De acordo com Maria Cristina Cacciamalli (1), no início da década de 80, quando o país atravessava um período de forte recessão, os trabalhadores por conta própria sistematicamente recebiam remuneração inferior aos empregados com carteira assinada num período onde o nível médio do total de remunerações perdeu cerca de 10% do poder aquisitivo (e foram os empregados, com ou sem carteira assinada, que amargaram as maiores perdas). Destaca-se que, em 1.982, no município de São Paulo, foram encontrados quarenta (40) trabalhadores

(1) Cacciamalli, M.C., "Setor Informal e formas de participação na produção: o caso do município de São Paulo", 1.983

empregados no setor informal (entre autônomos e assalariados informais) para cada cem (100) assalariados.

Os rendimentos reais, entretanto, após a recessão econômica do começo da década mostraram composições diferenciadas. No período após 1.983, os rendimentos reais recuperaram-se, quase na mesma proporção, para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, como para os trabalhadores por conta própria, o mesmo não ocorrendo para a parcela de empregados fora do mercado de trabalho regulamentado cujo nível médio de rendimento praticamente não se alterou. O ano do Plano Cruzado foi atípico, quando todas as categorias apresentaram fortes acréscimos reais em seus níveis médios de rendimento, destacando-se os trabalhadores por conta própria, e apenas neste ano, os empregados sem carteira assinada.

Deve-se ressaltar que, entre 1.986 e 1.989 a economia brasileira foi submetida a três choques de congelamento de preços sem que medidas complementares para combater as causas primordiais do processo tivessem sido tomadas.

Com a estagnação econômica, o ajustamento do mercado de trabalho ocorreu, principalmente, por meio do aumento dos vínculos de emprego assalariado à margem da legislação trabalhista, da redução dos salários reais e de um crescente direcionamento dos trabalhadores para o mercado informal de trabalho.

Entre os trabalhadores empregados no setor informal da economia incluem-se profissionais liberais, pequenos empresários, assalariados empregados em pequenas empresas, domésticas, pequenos comerciantes, entre outros. Estas pessoas participam do mercado de trabalho informal ou por não ter outra oportunidade profissional (e deste modo, o emprego no setor informal representa um mero expediente de sobrevivência) ou por não querer submeter-se aos tipos de emprego e aos baixos salários oferecidos pelo setor formal. Neste caso, alguns trabalhadores conseguem obter rendas relativamente maiores e

condições de trabalho mais satisfatórias do que conseguiriam empregados no setor formal. Além disso, deve-se ressaltar a prática de contratar empregados sem registro para fugir dos encargos trabalhistas, que se propagou durante os anos 80.

Existem diferentes definições, desenvolvidas por diferentes correntes, sobre o conceito de setor informal. Alguns, como os pesquisadores da OIT, apresentam a informalidade como efeito ou expressão do subdesenvolvimento (relacionada a situações de pobreza dos trabalhadores envolvidos). Para outros, o setor informal é um complemento do setor formal, sendo esta complementaridade entre as duas modalidades do uso social do trabalho uma característica constitutiva do capitalismo latino-americano (notadamente a pequena produção mercantil)(2). Existe ainda uma terceira linha de argumentação, apresentada pelos pesquisadores da UFRJ, que vê o setor informal como um segmento da atividade produtiva que funciona a revelia ou contra o quadro político institucional que o regula, tornando-se o refúgio de parte da iniciativa privada (neste caso, a economia informal é também denominada economia submersa).

A origem do debate sobre setor informal foi apresentado em relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Kenya, em 1.972, que procurava descrever as características das atividades geradoras de baixa renda e concentradoras dos trabalhadores mais pobres no meio urbano. De acordo com este relatório, o setor informal é definido como organizado com pouco capital, pouca capacitação técnica e uso intensivo do trabalho.

Além disso, o espaço informal foi caracterizado como homogêneo, composto por atividades que não ofereciam barreiras a entrada e utilizavam recursos locais, operando em pequena escala, com tecnologia adaptada e mercados concorrenciais e não regulados. Este mercado

2) Esta tese é defendida, notadamente, pelos pesquisadores do PREALC, como Tokman, em seu texto *El Setor Informal: Quince Años Después*.

informal aproveitava-se das lacunas oferecidas pelo setor formal da economia, não concorrendo diretamente com este.

Entretanto, pesquisas efetuadas pelo PREALC (Programa Regional del Empleo para a América Latina y el Caribe) evidenciam que o setor informal não possui a homogeneidade a ele inicialmente atribuída.

Para Paulo Renato de Souza (1.980), a organização da produção é a variável principal para se entender o setor informal, pois neste os indivíduos se distinguem de acordo com os tipos de serviços que podem proporcionar dentro dos diversos segmentos do setor (existem desde unidades que utilizam mão-de-obra adicional, contratando trabalhadores, até unidades que utilizam uma só pessoa na produção).

Durante a década de 70 começam a surgir na literatura especializada teorias para estabelecer os limites do setor formal a partir das relações do trabalhador com os meios e instrumentos de produção.

Maria Cristina Cacciamali (1.989) apresenta as seguintes características que distinguem o setor informal:

- a) a racionalidade econômica dos produtores informais objetiva maximizar o fluxo de renda total da atividade para permitir a reprodução do produtor e de sua família e a manutenção da atividade;
- b) a fragmentação do trabalho, no setor informal, não impede ao trabalhador aprender a totalidade do processo que gera o produto ou o serviço;
- c) para determinada parcela da população o setor informal pode-se constituir numa fonte preciosa de emprego e de renda. Entretanto, os rendimentos provenientes deste setor dependem diretamente da conjuntura econômica e de seu tamanho.

Para alguns autores, como Portes (1.983), o setor informal adota uma função subordinada no mercado de trabalho e de produtos, onde as

relações de trabalho tornam-se não contratuais e geralmente estão a margem da regulamentação estatal.

No entanto, Maria Cristina Cacciamali (1.989) considera que a ilegalidade pode estar ligada a informalidade, como afirma Portes, mas não lhe é inerente. Deste modo, faz-se necessária a distinção do termo "Setor Informal" da chamada economia submersa (ou subterrânea), que são atividades que operam total ou parcialmente na clandestinidade .

Deste modo, neste trabalho discutiremos as diferentes teorias que tratam sobre o assunto "informalidade" e analisaremos o crescimento do setor informal na região metropolitana de São Paulo na primeira metade da década de 90, que acompanhou o crescimento do setor terciário num período de forte terceirização das estruturas ocupacionais nas cidades brasileiras e de queda do nível de atividade econômica.

O setor informal, neste período, tornou-se o receptáculo do excedente da mão-de-obra, tanto para aqueles trabalhadores que não conseguiram colocação no setor formal, quanto por aqueles que optaram pelo setor informal por não querer submeter-se as regras do setor formal, sendo atraídos pelas facilidades de entrada e dos baixos requerimentos de capital por pessoa ocupada, visto que as atividades autônomas tornaram-se cada vez mais valorizadas, em detrimento as ocupações em grandes empresas do setor formal.

2.) ABORDAGENS TEÓRICAS

2.1) Abordagem da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no início dos anos 60, desenvolveu concepções sobre o trabalho informal com o objetivo de descrever a existência de relações de trabalho instáveis, com baixo nível de produtividade e remuneração irrisória.

Em 1.972 a OIT desenvolveu um estudo sobre a situação do emprego no Kenya, que foi o marco inicial de todos os trabalhos desenvolvidos sobre o tema "Setor Informal Urbano".

Este relatório critica os impactos sociais das estratégias de crescimento econômico acelerado, que maximizam as taxas de crescimento do produto, ao invés da criação de empregos visando minorar as desigualdades econômicas e sociais. Para diminuir estas desigualdades seria necessário priorizar as políticas sociais e de emprego, além de implementar políticas fiscais progressivas.

O surgimento das atividades informais, segundo esta abordagem, relacionava-se diretamente com o excedente de mão-de-obra que não encontrava colocação no setor formal da economia.

De acordo com este relatório, as indústrias de muitos países em desenvolvimento não estavam conseguindo gerar empregos suficientes e níveis de renda adequados, levando a inserções precárias de participação na produção e em atividades organizadas de forma não tipicamente capitalistas.

Desta forma, os processos de industrialização nos países do terceiro mundo faziam surgir um segmento moderno de atividade (com proporções relativamente pequenas) e um segmento atrasado de dimensão ponderável, que se constituiria no depositário dos excedentes

populacionais que ocorreram devido ao desenvolvimento desigual. O crescimento deste segmento era dominado pelas atividades de serviços e comércios urbanos, que passaram a ser denominadas por setor informal.

De acordo com Souza , o relatório sobre o Kenya foi o primeiro a abandonar a distinção entre emprego, desemprego e subemprego, analisando os diversos tipos de emprego nos países atrasados como sendo produtos das características principais do processo de desenvolvimento destes países, estando associados as particularidades da estrutura produtiva e das formas de organização da produção (3).

Além disso, destacou-se os aspectos positivos e de potencialidade da produção em pequena escala no Kenya, identificando-se os laços complementares e a articulação do setor informal com o resto da economia, considerando tanto o setor formal quanto o setor informal como produtos da modernidade e do desenvolvimento da economia do Kenya.

Nesta pesquisa foi fixado como categoria de análise a unidade produtiva ou o estabelecimento produtivo, caracterizados por utilizar pouco capital, insumos de origem doméstica, técnicas de trabalhos simples e intensivas (tecnologia intensiva em trabalho) e pequeno número de trabalhadores (em geral não ou semi-qualificados), além da produção em pequena escala.

O relatório da OIT ressalta como fundamental nesta análise o grau de facilidade de entrada dos produtores, pois para a OIT este setor seria criado pelo excedente da mão-de-obra não ocupada no setor formal, sendo, deste modo, um tipo de organização em pequena escala. (Souza, 1.980)

(3) In Souza, P.R. , "Setor Informal: Evaluación Crítica Después de 10 Años", pp. 4 e 5

Estes autores criticam a visão de que o setor informal seria o "circuito inferior" da economia e o formal o "circuito superior". Para eles esta visão não é correta, pois o mercado em que atuam é um só e não pode haver expansão de um sem afetar o outro, sendo que o setor formal ao expandir-se limita o mercado do setor informal, cuja capacidade de expansão esbarra inevitavelmente no setor formal.

O relatório critica também os "modelos residuais", onde não é possível a utilização de políticas governamentais que visem adotar uma política de empregos e retirar os obstáculos ao desenvolvimento do setor, pois nestes modelos o emprego informal é visto apenas como um resíduo do emprego nos setores formais, e o ingresso neste setor como uma variável de ajuste.

A Organização Internacional do Trabalho, apesar de considerar o Setor Informal como um setor de ajuste ao funcionamento global do mercado de trabalho, considera possível, ao mesmo tempo, a utilização de políticas de emprego e de desenvolvimento para o setor.

2.2) A Contribuição do PREALC

Na década de 70 o PREALC realizou na América Latina vários estudos sobre o setor informal, visando observar suas discrepâncias e analisá-lo mais claramente, incorporando à discussão a importância do desenvolvimento regional no crescimento da informalidade.

Para estes autores o informe da OIT sobre o Kenya, em certo sentido, consistiu numa análise da força de trabalho como unidade de produção e de sua articulação com o resto da economia. Entretanto, este informe apresentava como desvantagem a falta de um marco conceitual para definir o setor, sendo definido apenas como uma oposição às atividades formais e pela falta de acesso aos recursos produtivos e ao mercado.

Para Paulo Renato de Souza, a análise simplista do setor informal efetuada pela Organização Internacional do Trabalho apresentaria três problemas, um do tipo conceitual e os outros derivados de uma excessiva generalização:

1) a idéia de que o setor formal, ao expandir-se, limita o mercado do setor informal e este não pode expandir-se sobre o mercado do outro, pois a capacidade de expansão do setor informal esbarraria inevitavelmente com o setor formal;

2) a especificidade das definições sobre o setor informal, que não dão conta de sua grande heterogeneidade, e deste modo, misturam coisas distintas, gerando problemas analíticos na busca de um conceito globalizante de formas tão díspares (misturando desde as pequenas empresas familiares até os vendedores ambulantes);

3) as características básicas do setor informal são relacionadas à sua organização produtiva, não se podendo considerar, de acordo com Souza, característica básica do setor informal o “grau de facilidade de entrada” dos novos produtores. Embora não negue a importância do grau de facilidade de entrada, o autor considera necessário explicar em

que tipo de organização tende a ser maior a facilidade de entrada de novos produtores e em quais setores da informalidade a renda média é a variável de ajuste do mercado.

Num primeiro momento, os trabalhos do PREALC concentraram-se, principalmente, na descrição do setor informal, demonstrando que a funcionalidade deste setor é a de cobrir os espaços deixados em aberto pelo setor formal, sendo, portanto, intersticiais. Estes espaços intersticiais podem estar localizados tanto em mercados competitivos quanto às margens de mercados oligopolizados.

Num segundo momento, o PREALC desenvolveu, de forma mais explícita, tentativas de elaboração de um modelo que incorporasse o setor informal no funcionamento do mercado de trabalho urbano. De acordo com Tokman (4), com o tempo, destacou-se o conceito de organização da produção para diferenciar os setores formal e informal, ressaltando-se as distintas relações de produção dentro da empresa, com o objetivo de maximizar a taxa de utilidade da produção.

Em seus trabalhos o PREALC passou a distinguir o conceito de setor informal da forma de medição deste setor, pois verificou-se a importância de ter clara a diferença entre o conceito e os instrumentos de medição, para não confundir-los. Desde os primeiros trabalhos do PREALC ressaltou-se o papel funcional (ou complementar) do setor informal, prevendo-se que o crescimento deste é inversamente proporcional ao desenvolvimento da economia (por exemplo: o setor informal diminui à medida em que o país se desenvolve). Desta forma, constatou-se que o setor informal, que opera num mercado residual, tem uma relação de subordinação junto ao setor formal, não podendo determinar preço ou nível de produção, embora existam atividades informais com estrutura de mercado mais competitivas. (Ex.: serviços pessoais).

O setor informal é considerado pelo PREALC o verdadeiro responsável

4) In Tokman, "El Setor Informal: Quince Años Después", 1.987.

pelo ajuste do mercado de trabalho (medido através da relação entre a quantidade de pessoas que devem ingressar e a quantidade de postos de trabalho disponíveis nos setores mais organizados da economia, ou seja, através do excedente relativo de mão-de-obra). Este ajuste se dá pelo nível de ingressos, não sendo determinado pelo nível de produção (5).

A evolução do setor informal, segundo este trabalho, depende dos fatores que afetam a expansão das empresas modernas que controlam o mercado, o que não implica no não crescimento do setor ou em seu desaparecimento (devido às imperfeições do mercado).

Para Tokman o setor informal é heterogêneo, apresentando tipos de unidades distintas (6). Neste setor, o ingresso pode ser restringido tanto devido à remuneração do trabalho quanto à remuneração do capital, ressaltando-se que a mobilidade deste setor é pequena, existindo poucas chances do proprietário do setor informal tornar-se proprietário do setor formal. Segundo o autor, a organização da produção é a variável principal do setor, sendo que as características de entrada são usadas somente para qualificar as diferenças entre os diversos tipos de unidade produtiva.

Com a idéia de heterogeneidade dentro do próprio setor informal, considera-se a coexistência de pelo menos dois sub-setores dentro do setor: o estrato superior, ocupados pelos produtores informais, onde se observam níveis de produtividade relativamente mais altos e cujo potencial de crescimento é verificado sempre que existam condições. Por outro lado, existe dentro do setor informal um estrato inferior constituído por unidades muito pequenas, de baixo grau de produtividade e mais propensas ao desaparecimento econômico.

5) Segundo Souza, no texto "Setor Informal - Evaluación Crítica Después de 10 Años", "... o ingresso no setor informal é a chave do funcionamento do mercado de trabalho ao vincular o urbano ao rural e ao influenciar os salários das atividades modernas."

6) Existem, por exemplo, unidades que utilizam mão-de-obra adicional e outras que utilizam apenas uma pessoa.

A causa atribuída à heterogeneidade do setor informal está relacionada com seu potencial produtivo, e, portanto, com sua capacidade de expansão e acumulação. Assim, nos estratos inferiores, a potencialidade produtiva é muito baixa.

De acordo com Tokman o setor informal necessita de uma política governamental própria, visando:

- a) a necessidade de reconhecer o grau de heterogeneidade no setor informal;
- b) adequada compreensão de suas formas de produção;
- c) a identificação dos interesses das pessoas ocupadas neste setor.

Finalizando, Dedecca, C.S. e Ferreira, S. P., no texto "*O Setor Informal no funcionamento de mercado de trabalho urbano*", ressaltaram os seguintes aspectos como marcantes nas formulações do PREALC:

- 1) a aceitação de que o setor informal seria complementar (funcional) ao setor formal;
- 2) a presença de uma visão de heterogeneidade do setor informal, que possibilita a algumas atividades competir com atividades similares do setor formal;
- 3) a manutenção, como traços gerais do setor, da facilidade de entrada, do baixo estoque de capital e da reduzida capacitação da mão-de-obra.

2.3.) Paulo Renato de Souza e as críticas a abordagem da OIT

Em seu texto “ *Setor Informal: Evaluación Critica Después de 10 Años*”, Souza busca uma melhor caracterização teórica dos estabelecimentos informais e dos determinantes mais gerais do processo de acumulação de capital, tentando ir além da simples análise das relações entre os setores, procurando usar os resultados desta análise para repensar o próprio conceito de setor informal.

Buscando generalizar para a América Latina os fundamentos propostos pelo PREALC, Souza indica como marcos deste trabalho as seguintes considerações:

- a) o setor informal é o verdadeiro ajuste do mercado de trabalho entre a quantidade de pessoas que deve obter renda por seu trabalho e a quantidade de postos de trabalho disponíveis;
- b) o setor informal é a porta de entrada dos migrantes no mundo do trabalho;
- c) o emprego não está vinculado ao nível de produção no mesmo setor;
- d) o ajuste entre nível de produção e quantidade de ocupados no setor informal se faz pelo nível de rendimentos.

Entretanto, para o autor, a posição do PREALC (incluindo aí alguns artigos dele próprio) sobre as relações entre o setor financeiro no ajuste geral do mercado, seus efeitos sobre as migrações e salários do setor formal são tratadas de forma pouco clara, principalmente ao se referir ao processo de acumulação de capital. Para ele, o setor informal conforma não somente o local do excedente de mão-de-obra, como se constitui no determinante dos fluxos migratórios (e este será o ponto de ruptura de Souza em relação as formulações do PREALC).

O autor considera que o debate sobre o setor informal levou a uma sofisticação crescente dos argumentos, pois num primeiro momento, debatia-se as condições de concorrência e competitividade, e posteriormente, passou-se a avaliação de seu papel funcional ou desfuncional no processo de desenvolvimento.

O principal ponto da análise de Souza é a capacidade da acumulação de capital criar, destruir e recriar os espaços econômicos ocupados pelas unidades produtivas formais e informais, pois, em períodos de expansão estes espaços ampliam-se, e nas crises, tendem a se retrair. Ao contrário das idéias defendidas pelo PREALC (inclusive pelo próprio Souza), o autor não concebe o setor como sendo autônomo aos movimentos do setor formal, e sim, subordinado a este.

Esta proposição rompe com a visão dual do mercado de trabalho, pois ao conceber o setor informal como resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal, admite-se que ele não é suficientemente elástico para absorver o excedente de mão-de-obra do setor formal e que não necessariamente é composto por formas de atividade com baixos requerimentos de capital.

Segundo o autor, no estudo do funcionamento do mercado de trabalho é relevante a observação dos seguintes pontos:

- 1) a não necessidade de considerar o ingresso médio do setor informal como uma das variáveis que regulam o fluxo migratório;
- 2) a noção de que a determinação dos salários se faz no núcleo capitalista da economia, mediante um processo de negociação entre patrões e trabalhadores;
- 3) a hipótese de mobilidade ocupacional entre segmentos do mercado de trabalho;
- 4) a não-existência de relação entre a base salarial do núcleo capitalista da economia e o ingresso no setor informal, pois não é a simples

diferença de renda que faz a pessoa trocar de setor, ao contrário, o ingresso no setor informal é influenciado pela taxa salarial.

A alteração mais significativa dos trabalhos do autor em relação ao trabalho desenvolvido pelo PREALC foi a noção de que, no capitalismo, existe a possibilidade de coexistência entre diversas formas de organização da produção, embora a firma capitalista predomine. A diferença básica entre as diversas formas de produção e a natureza das relações de produção é seu objetivo central, pois para o capitalismo o mais importante é a taxa de lucro, e para os setores informais, a renda auferida pelos proprietários.

Entretanto, não existe uma verdadeira competição entre as empresas tipicamente capitalistas e as formas não capitalistas de organização. A concepção de uma estrutura de oferta em que o setor informal seria a base da pirâmide foi substituída por um modelo de desenvolvimento em que a produção informal ocupa os espaços deixados pela produção formal.

Souza propõem que a heterogeneidade do setor informal seja tratada conforme a seguinte topologia:

- a) empresas familiares (pequenas empresas ou trabalhadores autônomos) “eficientes e produtivas”;
- b) trabalhadores por conta própria subordinados (trabalhadores que produzem ou prestam serviços para uma única empresa);
- c) pequenos vendedores de serviço, que não estão protegidos pelo volume de equipamento que utilizam ou pela reserva de mercado em que operam;
- d) serviço doméstico (formalmente são assalariados, mas não existe relação de subordinação com o capital);

e) quase-empresas capitalistas (se assemelham com as empresas familiares, mas utilizam permanentemente o trabalho assalariado). O mais importante para estas empresas é o nível de rendimento total do empresário, e não a taxa de lucro destas empresas.

A nova versão de Paulo Renato sobre o setor informal não destaca sua relação com o problema da pobreza provocado pela existência de um excedente de mão-de-obra. É dada ênfase ao caráter não-capitalista da produção informal, a qual pode envolver distintas condições de entrada. Deste modo, o setor informal, embora expressando as possibilidades de estratégia de sobrevivência, que evitam o trabalho assalariado para o capital, não necessariamente se restringe à situações de baixa renda. Ao contrário, as atividades informais envolvem um conjunto extremamente heterogêneo de ocupações, que se reflete num amplo espectro de remunerações.

Para o autor, o elemento central para a definição do setor formal são as características da organização produtiva, o que significa uma complementa reformulação da concepção de setor informal, pois não mais se admite que este possa concorrer com o setor formal.

Souza, ao rejeitar a facilidade de entrada como característica geral do setor informal, abandona também a idéia de que o rendimento médio se constituiria na variável de ajuste da dimensão ocupacional do setor. O autor afirma que:

‘...os movimentos de expansão e contração do capital, no seu impacto sobre a pequena produção, fazem com que seus ocupados ora incorporem-se ao exército industrial de reserva, ora o deixem, retornando à condição de meros ocupados em empresas não tipicamente capitalistas.’(7)

7) Souza, P.R.C., “Evaluación Crítica Después de 10 Años”, pg. 18

2.4) OUTRAS ABORDAGENS SOBRE O TEMA

A partir da década de 80 começaram a surgir, na literatura especializada, teorias para estabelecer os limites do setor informal a partir das relações do trabalhador com os meios de produção.

2.4.1) PAUL SINGER

De acordo com Dedecca, C.S. e Ferreira, S. P. (8) , Paul Singer destaca o papel desempenhado pelo setor autônomo ao longo do ciclo econômico, pois durante a expansão o setor capitalista absorve fatores dos ramos tradicionais do setor autônomo, e nos períodos de contração o setor capitalista alimenta o setor autônomo com um fluxo de fatores desocupados.

O autor demonstra que, a medida que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, há a absorção de mão-de-obra, e, deste modo, o emprego na economia capitalista não pode deixar de crescer, embora o volume deste crescimento não esteja atrelado à dinâmica de crescimento da população.

Para ele, há três formas de inserções produtivas no setor autônomo:

- 1) através de atividades pouco penetradas pelas empresas capitalistas;
- 2) através de atividades consideradas satélites pelas empresas capitalistas (exemplo: fornecedora de peças para montadoras);
- 3) através de atividades de baixíssima produtividade, que sobrevivem pelo baixo custo de oportunidade dos fatores (exemplo: empresas prestadoras de serviços de limpeza).

8) No texto “*O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho Urbano*”, pg. 12.

2.4.2) *MARIA CRISTINA CACCIAMALLI*

Segundo M.C. Cacciamalli, pesquisas sobre os setor informal mostram a importância das atividades econômicas realizadas em pequena escala, pois utilizam pouco capital e absorvem grande quantidade de força de trabalho, principalmente não ou semi-qualificada. Entretanto, para a autora, seu crescimento não pode constituir-se na mola propulsora do processo de acumulação, como alguns autores afirmam.

A autora critica a análise da OIT, pois para ela, esta apresentava o problema de repousar “... *sobre um enfoque dual-estático em que a maior parte das características do setor informal eram informadas a priori, ao invés de serem percebidas diretamente da análise do concreto.*”(9).

Além disso, a autora observa que existem diferenças para delimitar os estabelecimentos informais que devem ser considerados, não devendo apenas associá-los a níveis de pobreza, criticando assim as versões que relacionam o setor informal com baixa renda ou com atividades não regulamentadas. Para ela, o setor deve ser analisado a partir de quatro elementos essenciais:

- 1) em função de um processo de desenvolvimento capitalista específico;
- 2) como forma particular de organização da produção;
- 3) como forma de organização subordinada aos movimentos de produção capitalista (ocupando os espaços deixados por estes);
- 4) a necessidade de conhecer a composição e as regras de seu funcionamento;

Para a autora, a racionalidade econômica dos produtores informais objetiva maximizar o fluxo de renda total da atividade para permitir a

(9) Cacciamalli, M. C., In *Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*, pg. 19

sua manutenção e a reprodução ao produtor e de sua família.

Há consenso, entretanto, que este setor não é homogêneo e é composto por profissionais que não tem oportunidade ou não querem submeter-se nem aos tipos de emprego nem aos baixos salários oferecidos pelo setor formal.. Algumas atividades apresentam rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, enquanto outras representam mero expediente de sobrevivência.

Além disso, a fragmentação do processo de trabalho, no setor informal, não impede ao trabalhador aprender a totalidade do processo que gera o produto ou o serviço.

Cacciamalli salienta que o setor informal, para determinada parcela da população, pode constituir-se numa fonte preciosa de emprego e de renda. Entretanto, deve-se levar em conta que o setor informal não pode ser considerado como a forma principal de resolver a necessidade de empregos numa sociedade capitalista. Além disso, os rendimentos provenientes deste setor depende diretamente da conjuntura econômica e do tamanho do setor informal.

A autora argumenta que não se encontra um elevado grau de concorrência em todos os segmentos do setor, e portanto, não se pode tomar a facilidade de entrada e a existência de mercados competitivos como a característica síntese do setor.

Entretanto, destaca a importância do papel da expansão e da dinâmica das atividades tipicamente capitalistas, que criam uma configuração para as atividades formais e, ao mesmo tempo, deixam em aberto espaços econômicos que podem ser explorados pelo setor informal. Este espaço transforma-se ao longo do tempo, e o mesmo ocorre com as atividades informais que, subordinadas a este movimento e ao perfil da demanda, sobrevivem, morrem, se adaptam ou se transformam. O vínculo estrutural entre o setor formal e informal é concretizado, ao longo do tempo, por um fluxo de renda permanente do primeiro para o

segundo, como, por exemplo, vínculos de subcontratação e de prestação de serviço.

Em seus trabalhos, qualifica o setor informal tendo em vista as especificidades históricas da economia brasileira e enfatiza que o espaço para a atividade informal só pode ser compreendido a partir das particularidades do país ou das suas regiões, que ao refletirem uma história própria, não autorizam uma concepção generalizada do setor. Ao mesmo tempo, admite que a magnitude do setor informal é inversamente própria ao grau de desenvolvimento econômico.

Cacciamalli faz uma distinção entre os conceitos de economia informal e economia submersa. O termo economia submersa, segundo ela, caracteriza as atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo. Estas atividades não são captadas pelas estatísticas oficiais de emprego, de produção e de comercialização e, segundo a autora, se desenvolvem principalmente devido a extensa regulação sobre as atividades econômicas por parte do Estado e a existência de uma excessiva carga tributária, gerando uma complexa rede de atividades invisíveis ao controle do Estado.

A autora ressalta, entretanto, que *“a ilegalidade pode estar ligada a informalidade, mas não lhe é inerente”*, pois o trabalhador informal, após adquirir experiência na atividade e no mercado que lhes são específicos e estabelecer-se de uma firma mais estável necessita de legalização por diversos motivos, especialmente por problemas judiciais.

2.4.3) Silva, L. A. M.

Os pesquisadores do Instituto de Economia da UFRJ seguiram uma linha de interpretação que levou à discussões sobre a superexploração do conjunto da classe trabalhadora, não mais mantendo uma abordagem estritamente econômica sobre a organização produtiva.

Para Silva, L. A. M., o trabalho informal corresponde a atividades ligadas aos bens de salário (de consumo final relacionado às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores). Parte destas necessidades são preenchidas produzindo-se valores de uso por trabalho concreto, ou seja, por um modo de incorporação econômica do trabalho que, sem ocorrer sob a forma de mercadoria, não gera diretamente mais-valia. Entretanto, desempenham uma função na acumulação capitalista pois retira do custo de reprodução do conjunto dos trabalhadores a proporção das necessidades que preenchem.

Esta linha de interpretação gerou discussões sobre a superexploração do conjunto da classe trabalhadora, demonstrando a existência de jornadas de trabalho intensivas e propõem uma redefinição dos limites e da possível articulação entre as atividades formais e informais, pois, nesta nova definição sobre economia informal, esta é dada pela ausência de regulação por instituições sociais que regem as atividades similares legalizadas, sendo, não um fenômeno marginal, mas sim um processo econômico e político fundamental no interior de uma sociedade em crise.

Silva critica o PREALC por manter uma abordagem estritamente econômica da organização produtiva, pois nestas pesquisas as condições de estabelecimento e manutenção do arranjo entre diferentes formas de incorporação do trabalho pela esfera produtiva tendiam a ser encaradas como decorrência do próprio funcionamento do sistema econômico. Deste modo, os conflitos políticos ficaram reduzidos à dimensão de conflitos distributivos, relegando a um segundo plano os conflitos de legitimidade. Para o autor, a noção de informalidade não mais se define por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapa à regulação estatal, surgindo uma fronteira tênue entre a acepção de informalidade e a situação de clandestinidade.

Sendo assim, os pesquisadores da UFRJ oferecem uma abordagem alternativa dos fenômenos relacionados ao trabalho informal. Segundo

esta abordagem, a intervenção estatal na economia provoca disfunções nas atividades produtivas, pois:

a) as organizações estatais não são capazes de impedir a politização de suas atividades e metas;

b) o Estado cria constrangimentos burocráticos desnecessários e às vezes paralisadores das atividades empresariais;

c) a carga fiscal imposta pelo Estado está acima da capacidade de pagamento das empresas privadas.

Como consequência destes fatores a atividade produtiva passa a funcionar a revelia ou contra o quadro político-institucional que a regula, *“gerando uma economia informal que se torna o refugio e a verdadeira expressão da iniciativa privada”*.(10)

Deste modo, questiona-se a legitimidade da regulação estatal do processo produtivo, questão que não entra em evidência nos demais estudos citados neste trabalho.

Pesquisas efetuadas pelo grupo demonstram que as limitações do processo de desenvolvimento passado foram decorrentes das circunstâncias em que se materializaram, tendendo à integração de nossa estrutura econômica. É necessário entender, entretanto, o que é esta integração, que é resultado articulado dos seguintes fenômenos:

I) crescimentos da produtividade, acompanhado da diminuição das disparidades setoriais e regionais;

II) a multiplicação das inter-relações setoriais;

III) o surgimento de trabalhadores sem vínculo registrado em carteira, considerados não integrados;

10) Silva, L.A.M., “ Trabalho Informal: Teoria, realidade e atualidade”, pg.33

IV) a repercussão na criação de novas atividades.

O crescimento das formas irregulares e instáveis de uso do trabalho influenciam as formas de vida do conjunto dos trabalhadores e altera a composição social dos grupos envolvidos. Nos anos 80 ocorreu o aumento da contratação irregular e clandestina de trabalho formal, sendo significativo o número de empresas que entraram na clandestinidade, explorando, em parte, a fragilidade dos controles institucionais.

Na presente conjuntura, o processo de informalização apresenta imensas dificuldades de sustentação institucional de seus limites e fronteiras.

Dedecca, C. S. e Ferreira, S. P.(11), discordam do argumento central deste trabalho, pois considerando-o enfraquecido ao adotar critérios não muito rigorosos, pois um conjunto de questões muito relevantes não são levados em conta, apesar da reconhecida importância dada ao grau de heterogeneidade que marca a idéia de integração.

11) *O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho*

Para Dedecca, uma melhor compreensão sobre o funcionamento dos mercados de trabalho urbanos e o papel que neles cumpre o setor informal depende de um avanço teórico sobre o tema. Para este autor, o processo de acumulação de capital não se restringe às modificações nas dimensões dos espaços econômicos subordinados, mas também implica em alterações na estrutura produtiva e ocupacional aí presente.

Na atual fase do capitalismo oligopólico verifica-se a ação das grandes empresas nacionais e multinacionais na busca de novos e antigos mercados, detonando permanentemente um processo de destruição criadora que transfere a totalidade do espaço econômico nacional, e seriam o miolo do segmento organizado. Um conjunto mais amplo de empresas ou indivíduos presentes nos mercados organizam-se em espaços econômicos gestados pelas decisões das grandes empresas.

Sendo assim, Dedecca propõem a seguinte organização deste conjunto de agentes:

- a) empresas capitalistas subordinadas;
- b) unidades produtivas não-capitalistas integradas;
- c) unidades produtivas não-capitalistas não integradas.

O papel cumprido pelas atividades não organizadas ou informais em cada um dos mercados é resultado de características estruturais, explicadas pela forma de sua subordinação ou integração no segmento capitalista.

Dedecca discorda também da opinião corrente de que o setor informal é o absorvedor das crises de emprego capitalistas, pois propõem que o processo de subordinação/integração determina, progressivamente, que mesmo as atividades não organizadas não integradas passem a possuir um desempenho de seu nível de ocupação pró-cíclico, deixando de possuir como característica base a facilidade de entrada no mercado.

Segundo o autor : *“...o avanço do processo conduzido pelo capital determina transformações nos mercados de bens e serviços e de trabalhos urbanos, que vão progressivamente reduzindo o papel cumprido pelas formas de atividades não-integradas ao núcleo dinâmico da economia. É devido a este simples fato, que nas regiões mais desenvolvidas o desemprego vai aparecendo como sintoma das de emprego, sintetizando os efeitos gestados pelo menor dinamismo econômico capitalista.”* (12)

(12) Dedecca, C. S. e Ferreira, S. P., “ *O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho*”, pg. 14

3) O CRESCIMENTO DO SETOR INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 90

Até o início da década de 90, o número de trabalhadores empregados na região metropolitana de São Paulo sofreu uma queda pequena. Entretanto, durante a primeira metade da década de 90 o número de trabalhadores empregados no setor formal decaiu de forma acentuada e brusca (vide tabela 03, em anexo).

Esta diminuição do contingente de trabalhadores empregados não foi contrabalançada pela expansão do número de trabalhadores que atuam por conta própria, dos empregadores ou até mesmo dos trabalhadores considerados não-empregados (incluindo entre eles as pessoas que produzem para o próprio uso ou consumo), embora o número destes trabalhadores tenha sofrido grande elevação durante a década de 90.

Durante a década de 90, podemos observar (conforme a tabela 01) que a taxa de desemprego, que observava uma tendência à queda durante a segunda metade da década de 80, passou a sofrer elevação (em 92, quase atingiu a casa dos 20% da PEA, conforme os dados nexos na tabela 01). Na década de 90 também foi observada uma elevação significativa da taxa de desemprego oculto para trabalhadores ocupados em atividades precárias, ou seja, aumentou o número de trabalhadores que, enquanto estão desempregados, optam por biscates ou outros tipos de trabalho temporário que lhes propiciem algum rendimento.

Podemos observar também que, mesmo com os diversos choques econômicos ocorridos durante a década de 80, o número de trabalhadores que contribuíam para a previdência apresentava um quadro de diminuição gradativa, mas, na década de 90, este número

sofreu uma queda brutal devido, em parte, ao aumento do desemprego e do subemprego, onde os trabalhadores se sujeitam às regras de seus empregadores, que não contribuem devidamente com a previdência.

Devemos destacar que durante a década de 90, grandes empresas na região metropolitana de São Paulo passaram a incentivar a saída voluntária de seus empregados, concedendo a estes benefícios que possibilitaram a abertura de pequenos negócios, que em grande parte surgiram na clandestinidade, e que, portanto, não contribuem com a previdência social.

Durante a década de 90 observou-se, dentro do setor privado, uma tendência a contratação de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, enquanto o número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada empregados no setor formal diminuía vertiginosamente.

Observa-se uma tendência à elevação do número de trabalhadores autônomos desde a primeira metade da década de 80, mas esta tendência é ressaltada a partir do início dos anos 90, correspondendo a períodos onde ocorreram as maiores taxas de desemprego, o mesmo ocorrendo como aumento do número de empregadores e de empregados domésticos, que, deve-se ressaltar, foi sofrendo aumentos significativos durante toda a década de 90 (vide tabela 02 em anexo).

O aumento do contingente de pessoas ingressando no mercado de trabalho influenciou para que as taxas de desemprego sofressem um aumento significativo da década de 80 para a década de 90, expansão esta que não foi compensada pela saída de pessoas da população economicamente ativa ou pela geração de novos postos de trabalho, mesmo levando em conta que a deterioração das condições do mercado de trabalho nos anos 90 tenha resultado num aumento do número de trabalhadores inativos.

O número de assalariados, conforme pesquisas do SEADE, sofreu uma queda após o Plano Real (caindo cinco pontos percentuais em relação à

década de 80), permanecendo em níveis estáveis, porém baixos, após o Plano.

Apesar deste quadro negativo, a região metropolitana de São Paulo deteve uma das proporções mais baixas de trabalhadores por conta própria e não remunerados e as mais altas de empregados, o que condiz com a participação dos setores de atividade no seu mercado de trabalho, especialmente nos setores secundário e terciário que asseguram um mercado de trabalho mais amplo para seus empregados. Entretanto, as medidas recessivas que atingiram a economia na década de 90 levaram a um deslocamento de mão-de-obra para as atividades desenvolvidas por conta própria, ampliando significativamente o número e a proporção destes trabalhadores na população ocupada desta região.

Esta situação ocorre porque na região metropolitana de São Paulo são gerados grande número de empregos formais, o que acarreta num maior número de pessoas preparadas para montar seu próprio negócio e de, numa situação econômica mais favorável, obter maiores lucros nesses pequenos negócios. Entretanto, apesar do elevado número de geração de empregos formais, existem elevadas taxas de rotatividade no emprego formal, verificadas principalmente para a mão-de-obra com maior capacitação e nível de instrução (o que é claro indicador da facilidade com que estes trabalhadores podem ser substituídos pelas empresas, impedindo que eles acumulem e adquiram os direitos associados ao tempo de serviço).

É interessante ressaltar que, a medida que a idade avança tende a declinar gradativamente o peso do emprego formal e aumentar a participação tanto de assalariados de alta renda quanto a de empregados informais e de não assalariados de baixa renda. Alguns partem para o mercado informal depois de acumular uma experiência de trabalho que lhes permita montar um negócio próprio (na expectativa de auferir maiores remunerações). Entre os trabalhadores de alta renda destaca-se a presença dos proprietários de pequenos negócios (que em grande parte

dos casos possuem baixo grau de instrução), e em seguida, a dos profissionais liberais (13).

Em contrapartida aos trabalhadores de baixa renda, existem os trabalhadores que ingressam no mercado informal por não obterem outra oportunidade de trabalho no mercado formal devido à elevação da idade, e que são obrigados a aceitar empregos informais ou a tentar negócios próprios sem chances de obter uma remuneração adequada, pois ingressam no mercado sem a devida experiência e capital necessário.

A queda do número de trabalhadores que contribuem com a previdência e o aumento dos trabalhadores por conta própria, autônomos ou domésticos, mostra uma deterioração das relações trabalhistas na região e o aumento do número de trabalhadores dispostos a ingressar num mercado sem regulamentação, sem direitos trabalhistas, mas que oferece oportunidade de algum rendimento. Enquadram-se nestes casos tanto os trabalhadores de baixa renda, que ingressam no setor informal por não ter outra oportunidade profissional, quanto os trabalhadores que visam obter seus próprios negócios, sem se subordinar ao mercado formal de trabalho e os trabalhadores domésticos.

O crescimento das formas irregulares e instáveis de uso do trabalho influenciaram as formas de vida do conjunto dos trabalhadores e alteraram a composição social dos grupos envolvidos. As empresas passaram, cada vez mais, a contratar de forma irregular e clandestina, sendo significativo o número de empresas que entram na clandestinidade, explorando, em parte, a fragilidade dos controles institucionais.

Para aqueles que pretendem ingressar ou manter-se no mercado de trabalho formal, a concorrência torna-se cada vez mais acirrada, sendo exigido, cada vez mais, um grau maior de instrução e preparação por parte dos trabalhadores. Os trabalhadores mais antigos (e, portanto,

(13) Tomazini, S. T. , " *Emprego Informal e Trabalho por Conta Própria: um estudo da diversidade da manifestação do problema de falta de emprego no Brasil*".

mais caros, devido aos encargos trabalhistas), sem experiência ou que por algum motivo perderam sua colocação no mercado formal de trabalho, se dirigem, em proporção cada vez maior, ao mercado de trabalho informal, por este tornar-se a única possibilidade de ocupação e obtenção de algum rendimento, e por isto observamos um número cada vez maior de trabalhadores por conta própria, não remunerados e empregadores.

Ao mesmo tempo, a queda do rendimento destes trabalhadores faz com que observemos uma elevação no número de trabalhadores domésticos, notadamente mulheres que passam a trabalhar para complementar a renda familiar.

Esta situação faz com que os controles institucionais tornem-se cada vez mais fracos e os trabalhadores, cada vez mais desprotegidos, pois vendem sua força de trabalho sem maiores compromissos por parte dos empregadores, que cada vez mais se desoneram dos encargos trabalhistas.

TAXAS DE DESEMPREGO (Em relação ao PEA)

Tabela 01

ANO	1.985	1.986	1.987	1.988	1.989	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995
PEA	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa Desemprego Total	18,71%	14,14%	14,67%	13,04%	11,15%	13,99%	14,49%	19,90%	17,68%	17,50%	16,28%
Taxa desemprego Aberto	11,38%	8,43%	9,88%	9,75%	8,19%	10,15%	10,01%	11,94%	10,10%	10,80%	11,02%
Taxa Desemprego Oculto	7,33%	5,71%	4,79%	3,29%	2,96%	3,84%	4,48%	7,96%	7,58%	6,70%	5,26%
Taxa Desemprego Oculto p/ Trab. Precário	4,68%	2,98%	2,90%	2,29%	1,97%	2,88%	3,56%	6,29%	5,81%	5,09%	4,05%
Taxa Desemprego Oculto p/ Desalento	2,65%	2,73%	1,89%	1,00%	0,99%	0,96%	0,92%	1,67%	1,77%	1,61%	1,11%

Fonte: FSEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego

**PESSOAL OCUPADO SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

tabela 02

ANO	1.985	1.986	1.987	1.988	1.989	1.990	1.991	1.992	1.993	1.994	1.995
PO - assalariado	70,6	70,4	70,5	71,19	73,2	71,2	67,5	65,9	64,8	66,2	65,2
PO - autônomo	14,9	15,3	15,6	15,1	15,2	16,6	18,2	18,8	19,1	19,3	19,7
PO - Autônomo p/ público	8,5	8,8	9,7	9,6	9,8	11,1	12,4	12,0	12,2	11,5	ND
PO - autônomo p/ empresa	6,4	6,5	5,9	5,5	5,4	5,5	5,8	6,8	6,9	6,8	ND
PO - empregadores	4,4	4,4	4,3	4,3	4,2	4,6	4,8	5,1	5,3	5,1	ND
PO - empregado doméstico	8,0	7,9	7,4	6,7	5,6	5,5	7,0	7,4	7,2	7,4	ND
PO - não remunerados	1,5	1,6	1,8	1,5	1,3	1,5	1,7	2,0	2,7	1,8	ND
PO - outros	0,6	0,5	0,5	0,6	0,5	0,6	0,9	0,7	0,9	1,1	ND

Fonte: FSEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego

**PESSOAS OCUPADAS, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, EM RELAÇÃO AO
PEA
tabela 03**

EM VALORES PERCENTUAIS

ANO	1.981	1.986	1.990	1.995
EMPREGADOS	81,60%	80,70%	78,34%	66,74%
CONTA PRÓPRIA	14,21%	13,92%	16,16%	18,91%
EMPREGADORES	4,19%	4,48%	4,52%	4,95%
NÃO REMUNERADOS	ND	0,90%	0,98%	2,34%
TRABALHADORES DOMÉSTICOS	ND	ND	ND	7,06%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD 1.981, 1.986, 1.990 e 1.995

TRABALHADORES COM CARTEIRA ASSINADA

tabela 04

EM VALORES PERCENTUAIS

ANO	1.981	1.986	1.990	1.995
TRABALHADOR COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	78,22%	74,21%	76,18%	73,17%
TRABALHADOR SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA	21,78%	25,79%	23,82%	26,83%*
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD 1.981, 1.986, 1.990 e 1.995

* Entre estes trabalhadores estão incluídos os militares e funcionários públicos concursados.

ÍNDICE DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

tabela 05

EM VALORES PERCENTUAIS

ANO	1.981	1.986	1.990	1.995
CONTRIBUINTES	78,09 %	76,44 %	76,39%	65,87%
NÃO CONTRIBUINTES	21,88 %	23,56 %	23,61%	34,05%
SEM DECLARAÇÃO	0,03%	ND	ND	0,08%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD 1.981, 1.985, 1.990 e 1.995

CONCLUSÕES

A primeira interpretação importante dos problemas da estrutura ocupacional dos países em desenvolvimento foi dada pela CEPAL, como sendo um reflexo da heterogeneidade estrutural produtiva destes países, ocasionada por um estilo de industrialização que envolveu uma incorporação desigual do progresso técnico, e que gerou, ao longo de décadas, um crescimento do emprego ancorado não apenas na expansão da indústria de transformação mas também dos serviços funcionais. Simultaneamente, observou-se a marginalização, tanto do emprego quanto do consumo, de uma parcela expressiva da população.

As políticas de ajuste macroeconômico implementadas na América Latina a partir da década de 80 resultaram em crescente ocupação nas atividades informais, que tornaram-se uma opção para os trabalhadores, diante da contração do nível de atividade econômica, suavizando o aumento do desemprego.

O problema do desemprego tomou maiores proporções devido ao crescimento explosivo da população economicamente ativa urbana, que superou o crescimento relativo do emprego na indústria e nos serviços funcionais.

Nesta situação, destacam-se duas formas básicas de marginalização ocupacional. De um lado, o emprego assalariado, com inadequadas condições de trabalho e remuneração, e de outro, ocupações não assalariadas em pequenos negócios (que foram extensivamente discutidas nos trabalhos do PREALC). Sob este ângulo, a marginalização ocupacional é interpretada como a exclusão dos empregos formais.

Entretanto, os estudos do PREALC não destacam que parte destes trabalhadores marginalizados tem uma relação de emprego assalariado mesmo que fora dos estabelecimentos modernos do núcleo produtivo de bens e serviços. Outra parcela de trabalhadores se enquadram no universo dos não empregados. Esta distinção é importante para distinguir diferentes padrões de falta de emprego.

Além disso, deve-se destacar a idéia generalizada de que apenas os pobres seriam abastecidos pela rede de produção informal, pois as atividades informais operam a nível geral da circulação da mercadoria, tanto nas zonas centrais como periféricas do mercado de consumo. Devido à grande heterogeneidade do setor, nem todos os seus segmentos se caracterizam pela baixa renda, facilidade de entrada e mercados competitivos.

De acordo com Tomazini, em sua tese de mestrado "*Emprego Informal e o Trabalho por Conta Própria: Um estudo da diversidade de manifestação do problema de falta de emprego no Brasil*", o acesso aos meios de trabalho, qualificação, especialização e habilidades pessoais constituem possíveis barreiras à entrada de novos produtores nas atividades informais. Principalmente os migrantes e jovens encontram refúgio em particulares atividades formais e informais que representam possibilidade de readaptação a atividades em que já possuem experiência vivencial e de trabalhos adquiridos no passado. Enfim, pobreza e trabalho são duas faces da mesma moeda, e a baixa remuneração pode envolver tanto postos de trabalho no setor formal quanto no setor informal.

Por outro lado, o caráter heterogêneo do setor informal permite a alguns a obtenção de altas rendas e serve, inclusive, como instrumento de ascensão social. Todavia, deve-se sempre ressaltar que, para um conjunto de trabalhadores informais, o setor gera oportunidades para empreender apenas estratégias de sobrevivência de baixa renda, e deste modo, o setor informal não pode ser considerado como um mecanismo de solução para o problema da falta de emprego da economia capitalista subdesenvolvida.

As oportunidades para a ascensão social no setor informal são limitadas e não alcançáveis para os segmentos populacionais mais desfavorecidos na disputa pelas ocupações informais. Assim, a parcela dos ocupados na parte privilegiada do setor informal tende a aumentar, sem prejudicar o nível de renda, nas épocas de expansão da economia (quando também se amplia o emprego formal). Na retração da economia, a queda do emprego formal é acompanhada de menores espaços para as atividades informais privilegiadas e a ocupação informal total aumenta, às custas do nível de renda.

O ajustamento do mercado de trabalho ocorreu principalmente de duas maneiras distintas:

a) através da diminuição dos níveis globais de produtividade média do trabalho nos setores econômicos urbanos;

b) por meio do aumento do emprego assalariado à margem da legislação trabalhista e com redução dos salários reais.

Conforme Silva, L. A. M., *“esta última razão deveu-se não somente à estagnação econômica observada durante as duas últimas décadas, mas também como decorrência da crise do Estado e suas implicações em termos de garantir uma maior regulação à sociedade brasileira. Pesquisas mostram que a contratação irregular e clandestina de trabalho formal avoluma-se cada vez mais, sendo significativo o número de empresas que enfrentam na clandestinidade explorando a fragilidade dos controles institucionais”*.

Na região metropolitana de São Paulo ocorre um predomínio do trabalho assalariado formal, o que não significa que o espaço para o não assalariamento não venha sendo aumentado gradativamente, pois existe um número grande de pessoas que trabalham por conta própria (não necessariamente auferindo um baixo nível de renda). Destacam-se, entre os conta própria, as mulheres que trabalham por conta própria na prestação de serviços domésticos e os casos de homens de certa idade que, não tendo mais oportunidade de emprego formal, ocupam-se em trabalhos por conta própria de baixa remuneração. Além disso, ressalta-se que em São Paulo existe um grande número de pessoas inseridas no mercado informal que conseguiram montar pequenos negócios próprios, incluindo entre estes tanto os profissionais liberais quanto os que, mesmo não tendo título de curso superior (ou mesmo a escola básica), conseguiram montar pequenos negócios que prosperaram.

Desde a década de 80 verifica-se na região metropolitana de São Paulo um forte crescimento do trabalho assalariado não regulamentado, indicado pelo número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, acompanhado por um aumento do trabalho por conta própria, especialmente os de baixa renda. Esta tendência acentuou-se durante a década de 90, quando observamos uma queda drástica no número de trabalhadores empregados no setor formal, em contrapartida ao crescimento do número dos trabalhadores por conta própria, empregados domésticos, não remunerados e empregadores.

O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo mostra grande dinamismo, que transparece no intenso ritmo em que são gerados os empregos formais. Esses empregos, entretanto, não proporcionam estabilidade de vínculo com o empregador, pois são muito intensos os fluxos de dispensa que ocorrem em simultâneo às contratações. Não obstante, o dinamismo com que são gerados os empregos formais é tão intenso que grande parte dos trabalhadores podem ter uma inserção plena no mercado de trabalho através do emprego formal, mediante uma troca constante de empregos formais. Esta situação não é tão simples no caso do jovem que tenta ingressar no mercado de trabalho e no das pessoas de idade mais elevada, que, por obterem menores oportunidades, muitas vezes terminam no emprego informal ou na ocupação não assalariada de baixo rendimento.

Em resumo, *“observam-se imensas dificuldades de sustentação institucional de seus limites e fronteiras do setor informal e da economia como um todo. O processo de informalização se constitui como síntese de conflitos de legitimidade que interferem sobre as formas de uso social do trabalho. É no quadro dessa contradição que o trabalho informal extrai sua relevância na atualidade, como tema de análise e como questão social”* .(14)

(14) Silva, L.A.M., *“Trabalho Informal, Teoria, Realidade e Atualidade”*.

BIBLIOGRAFIA

- Azevedo, B. R. Z., 1.985. *Emprego, Desemprego e Subemprego : Uma revisão da Literatura Critica*. Ensaios FEE. pp. 155-168. Belo Horizonte.
- Azevedo, B. R. Z., 1.990. *O Setor Informal*. In: *A Economia Gaúcha e os Anos 80: Uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Ensaios FEE. pp. 165-197. Porto Alegre .
- Baltar, P. E. A. et alli . 1.992. *O Comportamento da estrutura Ocupacional Brasileira nos 80*. SEADE / UNICAMP. Campinas.
- Baltar, P. E. A., C. S. Dedecca e W. Henrique. 1.992. *A Estrutura Ocupacional Brasileira nos Anos 80*. SEADE / UNICAMP. Campinas.
- Baltar, P. E. A. e C. S. Dedecca. 1.992. *O Mercado de trabalho nos 80: Balanços e Perspectivas*. CESIT / UNICAMP. Campinas.
- Baltar, P. E. A. e C. S. Dedecca. 1.992. *Empregos e Salários nos Anos 60 e 70*. CESIT/ UNICAMP. Campinas.
- Cacciamalli, M. C. . 1.982. *Setor Informal e Formas de Participação na Produção: O caso do município de São Paulo*. Revista do X Encontro Nacional de Economia, vol. 1. ANPEC. São Paulo.
- Cacciamali, M. C. . 1.989. *Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro*. Texto para discussão 19, Ministério do Trabalho. Brasília.
- Carneiro, F. G. .1.994. *Informalidade e Terceirização: Duas Tendências Opostas*. Revista de Economia Política, 14, pp. 41-49. Rio de Janeiro.
- Dedecca, C. S. . 1.989. *Flutuações Econômicas e Mercado de Trabalho: as relações entre o segmento organizado e não-organizado*. CESIT/UNICAMP. Campinas.

- Dedecca, C.S. e P. F., Ferreira. 1.990. *O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho Urbano*. Relatório de Pesquisa . CESIT/UNICAMP. Campinas.
- Dedecca, C. S. e P., Montagner. *Crise Econômica e Desempenho Terciário*. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 6, pp. 3-15. São Paulo.
- Dedecca, C. S. e P., Montagner. 1.993. *Flexibilidade Produtiva e das Relações de Trabalho: Considerações sobre o caso brasileiro*. Texto para Discussão 29/ UNICAMP. Campinas.
- Pacheco, C. A. .1.992. *Urbanização e Reprodução Social: Marginalidade e Precarização das Estruturas Sociais no Desenvolvimento Urbano Brasileiro*. NESUR/UNICAMP. Campinas.
- Pacheco, C. A. .1.992. *Os Aglomerados Urbanos de São Paulo: As novas realidades demográficas e ocupacionais da urbanização paulista*. NESUR/UNICAMP. Campinas.
- Pacheco, C. A. *A Terceirização dos 80: De Tudo um Pouco*. Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 6, pp. 27-38. São Paulo
- Salm, C. e L.C., Eichenberg. 1.988. *Tendências de la integración en el mercado de trabajo brasileño*. Revista de la Cepal 39, pp. 65-75.
- Silva, L. A. M. . 1.993. *Trabalho Informal: Teoria, Realidade e Atualidade*. Revista Tempo e Esperança, pp. 31-34. São Paulo.
- Tomazini, S. T. . 1.995. *Emprego Informal e trabalho por conta própria: um estudo da manifestação do problema de falta de emprego no Brasil*. Projeto de Mestrado. Unicamp. Campinas.
- Souza, P. R. . 1.980. *Emprego, Salários e Pobreza*. cap. 1. Ed. Hucitec . São Paulo.